

MARCO
ANTONIO
VILLA

CA
NIBROS
DOS

O
POVO
DA
TERRA



Planeta

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

CA

MARCO
ANTONIO
VILLA

ML

O
POVO
DA
TERRA

LOS

 Planeta

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Copyright © Marco Antonio Villa, 1995, 2025
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2025
Todos os direitos reservados.

Preparação: Fernanda Guerriero Antunes
Revisão: Bonie Santos e Ana Maria Fiorini
Projeto gráfico e diagramação: Negrito Produção Editorial
Capa: Giovani Castelucci

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Villa, Marco Antonio

Canudos / Marco Antonio Villa. – São Paulo : Planeta do Brasil, 2025.
272, [16] p. : il.

Bibliografia

ISBN 978-85-422-3653-8

1. Brasil – História – Guerra de Canudos, 1897 I. Título

25-1776

CDD 981.05

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil – História – Guerra de Canudos, 1897

Ao escolher este livro, você está apoiando o
manejo responsável das florestas do mundo.

2025

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.

Rua Bela Cintra, 986, 4º andar – Consolação

São Paulo-SP – CEP 01415-002

www.planetadelivros.com.br

faleconosco@editoraplaneta.com.br

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Sumário

Introdução	9
1. O CAMINHO DA MISSÃO	15
De Antônio Vicente a Antônio Conselheiro	17
Religião e poder	30
Profetismo e batismo	39
O cristianismo no Brasil	43
2. OS FRUTOS DA TERRA	47
A fundação	50
A economia da salvação	54
O intendente de Monte Santo e Canudos	57
O relatório Monte Marciano	62
3. A NOVA ORDEM	73
O Exército e a República	79
A queda do Império	84
O nascimento da República	86
A Bahia e o novo regime	95

4. CAMPO DE SANGUE	113
O início do conflito	118
A segunda expedição	124
A terceira expedição	133
5. TEMPO DE MÁRTIRES	145
Canudos e Juazeiro	149
A guerra de extermínio	150
Os primeiros combates	152
As dificuldades militares	155
O fim da guerra	169
Os prisioneiros	172
Em busca de Conselheiro	176
As festas pela vitória	180
Conclusão: O Significado de Canudos	185
Posfácio: O “Diário de uma expedição” e a construção de <i>Os sertões</i>	199
Notas	221
Bibliografia	259

I

O Caminho da Missão

O mais famoso beato brasileiro foi Antônio Vicente Mendes Maciel. Seu pai, Vicente Mendes Maciel, começou a vida como vaqueiro, fixando-se em Quixeramobim, Ceará, provavelmente para não participar das lutas familiares entre os Maciel e os Araújo, que ensanguentaram o sertão cearense desde o início do século XIX. Casou-se duas vezes, e Antônio, filho do primeiro casamento, nasceu em 1830. Segundo Abelardo Montenegro, o ano de nascimento de Antônio Vicente foi 1828, mas, para Nertan Macedo, ele nasceu em 1830, de acordo com a certidão de batismo existente no arquivo eclesiástico de Quixeramobim. Informa o mesmo autor que a madrinha de batismo de Conselheiro foi a famosa Dona Guidinha do Poço, apelido de Maria Francisca de Paula Lessa, personagem do romancista cearense Manoel de Oliveira Paiva. Apaixonada por um sobrinho, Dona Guidinha mandou matar o marido. Foi condenada a longos anos de prisão, morrendo em Fortaleza.¹

Com a morte da mãe aos 6 anos, Antônio foi criado pela madrasta, que, segundo a tradição, tinha sérias perturbações mentais e maltratava o enteado. O pai desejava que fosse padre, por isso logo matriculou o menino no curso do professor Manuel Antônio Ferreira Nobre, para aprender português, latim e francês. João Brígido, seu amigo de infância, confirma que “Antônio Vicente [...], quando menino, teve certa cultura e começou estudos de latim”. O mesmo autor recorda que “nessas

vadações salvei da morte a quatro companheiros, o atual escrivão, capitão Antero, José Raymundo Façanha Filho, meu irmão Guilherme e Antônio Conselheiro. Este salvou-se ao meu pescoço, apanhado comigo por uma tarrafa num poço estreito e profundíssimo”.²

Não se sabe por que Antônio abandonou os estudos sem procurar um seminário, começando a trabalhar como caixeiro no estabelecimento comercial do pai. Aos 25 anos, ainda solteiro, assumiu a direção do negócio após o falecimento de Vicente. Um ano depois, foi obrigado a hipotecar uma casa, pois os negócios não iam bem. Casou-se em 1857, aos 27 anos, com Brasilina Laurentina de Lima. Meses depois foi obrigado a vender a própria casa, fechou a casa comercial e abandonou a cidade em que nasceu.

Não seria difícil compreender por que Antônio Vicente fracassou nos negócios. Seus biógrafos acentuam a inaptidão para o comércio, mas também deve ser lembrada a crise da economia cearense, principalmente devido às secas. Lembra Raimundo Girão que os efeitos das secas de 1824-1825, 1827, 1830 e 1844-1845 transformaram o estado em exportador de força de trabalho para a Amazônia, o sul do país e outras regiões do Nordeste. Segundo um testemunho da época (1845), a “população dos sertões, pois, achou-se reduzida aos maiores apuros e obrigada a sustentar-se de vegetais agrestes e baldos de princípios nutritivos, quando não continham propriedades nocivas, levando esta situação à prática de atos horrendos e de crimes de homicídio, que se tornaram então numerosos, sendo quase todos ocasionados por questões de alimento”.³

Antônio Vicente instalou-se com a mulher na fazenda Tigre, próxima de Quixeramobim, criando uma pequena escola onde lecionava português, matemática e conhecimentos gerais. Logo abandonou a fazenda, mudando-se para Tamboril, onde voltou a trabalhar como caixeiro em uma casa comercial. Quando nasceu o primeiro filho, o comércio onde trabalhava encerrou suas atividades e Antônio passou a ganhar a vida como rábula – espécie de advogado dos pobres. De Campo Grande foi com a família para Ipu, onde nasceu o segundo filho, e num episódio nebuloso separou-se da mulher. Voltou para Tamboril, em 1861, aos 31 anos, sobrevivendo como professor. Passou a viver com Joana Imaginária,

artesã produtora de imagens de santos, considerada uma mulher mística. Da união nasceu um filho chamado Joaquim Aprígio.⁴

De 1865 a 1871, Antônio Vicente percorreu vários municípios cearenses próximos a Quixeramobim, exercendo diferentes atividades para sobreviver. Em 1871, aos 41 anos, parecia ter chegado ao fim de uma vida infeliz: sem emprego fixo, distante dos filhos, a primeira mulher prostituindo-se em Sobral (Ceará), Antônio já não tinha como pagar as dívidas contraídas. Seu credor, José Nogueira de Amorim Garcia, moveu uma ação para pagamento de uma dívida de 168\$268, considerada na época uma quantia insignificante. Antônio Vicente solicitou em 1869 mais um empréstimo, comprometendo-se a pagá-lo em quatro meses. Findo o prazo, o credor acionou a Justiça local, que, a 29 de julho de 1871, condenou-o a pagar o débito, acrescido de juros e das custas do processo.

Apesar de ter recebido a comunicação da sentença através de um oficial de Justiça, Antônio Vicente não tomou nenhuma medida para postergá-la, mesmo conhecendo perfeitamente os trâmites processuais desde a época de rábula. Em 2 de outubro teve seus bens penhorados: duas éguas, quatro potros, um novilho, um bezerro, um relógio de prata, uma corrente de ouro para relógio, um colete, um chapéu e um paletó. Notificado da penhora, Antônio Vicente deixou ir a leilão seus bens suficientes para quitar a dívida. Em seguida, abandonou Quixeramobim e saiu do Ceará.⁵

DE ANTÔNIO VICENTE A ANTÔNIO CONSELHEIRO

Durante três anos, de 1871 a 1874, não há notícias confiáveis sobre o destino de Antônio Vicente. O distanciamento da sociedade, o rompimento dos laços familiares, o abandono das necessidades materiais e o início da vida religiosa como peregrino⁶ são os preceitos dos que seguem a tradição cristã que vem desde João Batista (Mt 3,1-4; Mc 1,6) e Jesus Cristo (Mt 4,1-2; Mc 1,12-13; Lc 4,1-2) e passa por vários exemplos no início do cristianismo, chegando na Europa medieval a se tornar uma rotina: quando “alguém decidia tornar-se um pregador itinerante, ortodoxo ou

dissidente, muitas vezes começava por afastar-se para uma floresta, vivendo durante algum tempo como eremita. Durante esse período de retiro ascético, adquiria o poder espiritual para a sua missão, podendo ainda adquirir também a fama de santo e atrair os seus primeiros seguidores”.⁷

A primeira notícia da chegada de Antônio Vicente aos sertões da Bahia e de Sergipe é de 1874. José Calasans informa que a notícia foi publicada em *O Rabudo*, periódico sergipano, em 22 de novembro de 1874. Segundo Aristides Milton, Antônio Conselheiro do “Crato partiu para a província, hoje Estado da Bahia, onde entrou pela primeira vez em 1864”. Já a criteriosa biografia de Antônio Conselheiro realizada por Abelardo Montenegro indica que até 1871 continuava vivendo no Ceará. Somente a partir dessa data é que deve ter iniciado suas peregrinações, primeiramente pelo sertão pernambucano e depois pela Bahia e por Sergipe.⁸ A notícia de *O Rabudo* relata que um certo Antônio dos Mares, procedente do Ceará, trajando camisolão azul, com cabelos longos e pés descalços, predicava sobre a moral e os costumes em geral.⁹ Não aceitava esmolas e pouco se alimentava. Organizava com seus primeiros adeptos a restauração da igreja da Rainha dos Anjos, na freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima (Bahia), e a construção de um cemitério, o que só poderia ocorrer com a anuência de um pároco da freguesia.

Nessa época, Sílvio Romero, promotor público da comarca de Estância, Sergipe, onde era editado o periódico *O Rabudo*, registrou duas quadras sobre o Conselheiro:

Do céu veio uma luz
Que Jesus Cristo mandou;
Sant’Antônio Aparecido
Dos castigos nos livrou

Quem ouvir e não aprender,
Quem souber e não ensinar,
No dia do Juízo
A sua alma penará!

Romero descreveu Antônio Conselheiro quase nos mesmos termos do artigo de *O Rabudo*: “Chamava-se Antônio e o povo o denominava o Conselheiro. Passou por Sergipe, onde fez adeptos. Pedia esmolas e só aceitava o que supunha necessário para a sua subsistência, no que divergia de nossos mendigos vulgares. [...] Era um missionário a seu jeito. Com tão poucos recursos fanatizou as populações que visitou, que o tinham por *Sant’ Antônio Aparecido!*”.¹⁰ Com Francisco de Assis ocorreu um processo relativamente semelhante. Um certo dia recebeu uma mensagem de Deus, rompeu com todo o passado, isolou-se durante algum tempo da sociedade e, quando voltou ao convívio com o mundo, era outra pessoa. Passou a desprezar o dinheiro e qualquer sinal exterior de riqueza e começou a reformar igrejas, partilhar o que possuía com os pobres e adotar um radical ideal de pobreza.

Percorrendo o sertão, Antônio Conselheiro obteve apoio de alguns vigários. Em Itapicuru, no ano de 1874, o cônego Agripino da Silva Borges,¹¹ ligado ao Partido Liberal, permitiu que o Conselheiro ocupasse uma casa abandonada onde todos os dias eram realizadas orações com grande afluência popular. O delegado de polícia Boaventura da Silva Caldas, ligado ao Partido Conservador e que morava defronte a casa ocupada pelos seguidores do peregrino, resolveu intervir. Solicitou um destacamento policial para expulsar os conselheiristas da cidade. A situação se agravou com as críticas do cônego Borges à ação do delegado. Com a chegada dos reforços policiais, os conselheiristas evitaram o confronto retirando-se para Sergipe.

Esse episódio demonstra que as pregações de Antônio Conselheiro e as repercussões religiosas e políticas não podem estar dissociadas dos conflitos oligárquicos do sertão. O delegado Caldas age também para enfrentar o líder do Partido Liberal, que era inimigo do conservador Cícero Dantas Martins, o barão de Jeremoabo, principal chefe político da região e rico proprietário de terras – era dono de 61 fazendas, 59 na Bahia e duas em Sergipe. O cônego Borges, com evidente interesse político, apoia o Conselheiro, interessado nas vantagens políticas que poderia obter devido a sua crescente influência popular, mesmo ignorando recomendações

eclesiásticas contrárias às pregações de leigos e até do clero secular, sem autorização do arcebispo da Bahia:

Conforme a doutrina do Apóstolo São Paulo, ninguém pode pregar o Evangelho, e palavra de Deus nosso Senhor por sua própria autoridade, sem lhe ser cometido e mandado por legítimo Superior. E assim proibimos que nem um Pregador secular, sob pena de excomunhão maior e de suspensão das ordens, e prisão, e das mais penas que nos parecer, pregue neste nosso Arcebispado, sem ter para isso especial licença nossa passada *in scripts*.¹²

Se em Itapicuru obteve o apoio do cônego, o mesmo não ocorreu em Aporá, em 1875, quando já tinha regressado de Sergipe. Conselheiro solicitou autorização do padre João José Barbosa para rezar o terço e pregar aos fiéis, mas o vigário recusou o pedido, aprovando somente rezar o terço, indeferindo as pregações. Antônio Conselheiro saiu de Aporá e começou a pregar pela região circunvizinha, mesmo sem permissão, ora atacado pelos padres, ora perseguido pelos delegados de polícia.

Nas pregações, Antônio Conselheiro tomava como referência livros religiosos de ampla circulação no Nordeste, como as *Horas Marianas* e a *Missão Abreviada*. Segundo testemunho de Honório Vilanova, o “peregrino amava este livro [*Missão Abreviada*] e varava o dia e a noite lendo ou copiando as Meditações e os Exemplos dos Santos. Quando a mão do peregrino estava cansada, escrevia por ele Leão de Natuba, que tinha boa caligrafia e era muito devoto”.¹³

Entre os anos de 1875 e 1876, percorreu várias freguesias do sertão baiano, reunindo centenas de pessoas. A cada dia aumentava o conflito com a Igreja, pois vários padres proibiam-no de pregar. Quanto maior a resistência e os reclamos do clero junto às autoridades policiais, mais aumentava o número de seguidores do peregrino, como Antônio Vicente preferia ser chamado pelos seus seguidores, em vez de Conselheiro, segundo o que se depreende da longa entrevista concedida por Honório Vilanova a Nertan Macedo, incorporada no livro *Memorial de Vilanova*, onde diversas vezes o depoente chama-o de “o peregrino”.

No distrito do Cipó, na freguesia do Divino Espírito Santo de Abrantes, o conflito era com o delegado, que, apesar de nunca ter se encontrado com o peregrino, descreve-o como “um homem que dizem ser de cor branca, com 40 anos de idade mais ou menos, brasileiro, diz-se chamar Antônio Conselheiro, ignorando-se sua procedência porque não se presta a explicações, sem nenhuma instrução, aliás, rústico a último ponto, pois, segundo me informaram, não sabe expressar-se na própria língua”. Paradoxalmente, não consegue explicar como mais de duas mil pessoas ouviram e entenderam as pregações de Conselheiro.¹⁴

Em 1876, durante uma pregação na freguesia do Senhor Deus Menino dos Araçás, ocorreu um incidente no qual morreram três pessoas. A repercussão desse fato, os atritos com padres e delegados e a ampliação da influência religiosa de Antônio Conselheiro no sertão levaram à intensificação das pressões da Igreja até as determinações do vigário capitular Luiz D’Amour, a 20 e 26 de maio de 1876, solicitando do chefe de polícia da província da Bahia uma pronta ação policial.

Conselheiro foi preso por um destacamento comandado pelo alferes Diogo Antônio Bahia com quinze soldados, sem que seus seguidores esboçassem qualquer resistência. Segundo o ofício do delegado de polícia de Itapicuru, Francisco Pereira de Assumpção, enviado ao chefe de polícia da Bahia, João Bernardes de Magalhães,

Ao sr. alferes Diogo Antônio Bahia, comandante da força que v.s. remeteu a esta vila por minha requisição, não só para manter a ordem e o respeito devidos à autoridade, como para conduzir o preso Antônio Vicente Mendes Maciel, entreguei não só o mesmo preso, como ainda outro, de nome Paulo José da Rosa, que se achavam aqui detidos por ordem de v.s. para serem remetidos à secretaria, segundo me ordenou em 15 de abril último.

Em presença da força, desistiram os fanáticos do plano entre eles combinado de desmoralização da autoridade, pois só essa providência os faria conter desse propósito; sendo certo que agora propalam – que o farão na volta do seu *Santo Antônio*, como chamam o primeiro dos presos; o que contam por certo.

À vista desse mau plano que, em face das circunstâncias, executarão, peço a v.s. para dar providências, a fim de que não volte o dito fanatizador do povo ignorante; e creio que v.s. assim o fará, porque não deixará de saber da notícia, que há meses apareceu, de ser ele criminoso de morte do Ceará.

Também aproveito a ocasião para remeter a v.s. pelo mesmo alferes os indivíduos de nomes José Manoel e Estevam; o primeiro recrutei para o exército, visto não apresentar isenção alguma, não ter pai nem mãe, e não ter emprego nenhum conhecido, senão o de larápio; pois há poucos dias furtou a uma pobre viúva 60\$, que ela reservava de suas economias para suas precisões, e os deu quase todo a mulheres perdidas. E o segundo, por denúncia que tive de ser cativo de uma viúva, residente no Porto da Folha, na Província de Sergipe, e andar aqui constantemente embriagado, e insultando as autoridades, como há pouco acaba de praticar com o dr. juiz de direito desta comarca.

Esses indivíduos são fanatizados e partidários do preso Antônio Vicente Mendes Maciel.¹⁵

Esse documento merece ser analisado, afinal, foi o primeiro momento em que o poder público agiu contra Antônio Conselheiro como líder comunitário. A prisão deveu-se ao desrespeito à autoridade (entenda-se civil) reafirmada duas vezes no ofício. João Manoel foi recrutado à força para o Exército, acusado de ser um larápio, apesar de não existir nenhuma acusação de roubo contra ele a não ser o dinheiro provavelmente dado como esmola por uma viúva, o qual foi destinado a “mulheres perdidas”, o que pode ser entendido como mulheres pobres da vila ou as seguidoras do peregrino.¹⁶ Mais interessante é a presença de um negro supostamente fugido que acompanha o Conselheiro. Desde a época da escravidão o Conselheiro nas suas pregações dirige-se também aos negros, principalmente porque na região do Itapicuru, onde passou tantos anos, havia um bom número de pequenos engenhos movidos pelo trabalho escravo. Segundo uma testemunha da época, o Conselheiro, vendo as pessoas que aguardavam a sua pregação, disse que “na sua quase totalidade [era] escrava [e] vive pobre e miserável. Veja como ele vem de quatro e mais

léguas para ouvir a palavra de Deus. Sem alimentar-se, sem saber como se alimentará amanhã, ele nunca deixa de atrair pressuroso às práticas religiosas, que eu indigno servo de Deus e por ele amaldiçoado, iniciei neste local para redenção dos meus enormes pecados”.¹⁷

Assim, nesses dois primeiros anos de pregação pelo sertão nordestino, primeiro passando por Pernambuco, depois restringindo a peregrinação pela Bahia e por Sergipe, Antônio Vicente Mendes Maciel não só passou a receber outro nome, dado espontaneamente pelos sertanejos, como nas pregações não se restringiu aos assuntos meramente espirituais descolados da realidade social. Não se trata de um líder político tradicional da situação ou oposição, mas de uma liderança comunitária que compreende a religião em um sentido mais amplo, que não se sujeita ao mandonismo coronelístico, apesar de conviver dialeticamente com essa estrutura. Quando é preso, não há notícias de que tenha recebido solidariedade de algum eclesiástico, como o cônego Borges, ou de alguma liderança liberal. Somente o jornal oposicionista *Diário da Bahia* criticou a prisão de Conselheiro: “É de se crer que para fazê-lo tenha a polícia tido alguma requisição da autoridade daquela província (Ceará); do contrário seria uma violência, que afinal equivaleria a uma deportação, para a qual não julgamos autorizado o sr. dr. Chefe de Polícia”.¹⁸

Levado para Salvador, depois de alguns dias foi enviado a Fortaleza para averiguação de supostos crimes cometidos pelo peregrino antes de se fixar na Bahia. Foi apresentado como fanático perigoso, cercado de gente ignorante e causador de intranquilidade na população. Além de tudo, “embolsando os dinheiros com que, crédulos, iam lhe enchendo as algibeiras os seus fiéis, mandei-o buscar à capital, onde obstinadamente não quis responder ao interrogatório que lhe foi feito, como verá v.s. do auto junto. Era uma medida de ordem pública de que não devia eu prescindir”. O chefe de polícia solicitou ao seu colega cearense que “se porventura não é ele aí criminoso, peço em todo caso a v.s. que não perca de sobre ele as suas vistas, para que não volte a esta província, ao lugar referido, para onde a sua volta trará certamente resultados desagradáveis, pela exaltação em que ficaram os espíritos dos fanáticos com a prisão do seu ídolo”.¹⁹

Chegando a Fortaleza, Antônio Vicente foi enviado a Quixeramobim, sua cidade natal, pelo chefe de polícia do Ceará, pois “se supõe ser criminoso neste termo [...] a fim de que em Juízo, verificando a criminalidade do referido Maciel, proceda como cumpre na forma da lei”. O juiz investigou e nada encontrou que o desabonasse. Comunicou ao chefe de polícia, em 10 de agosto, que “mandei pôr em liberdade alguns dias depois de sua chegada a esta cidade”. A acusação, que se supunha verdadeira, era de que Antônio Vicente tinha assassinado a mulher (e a mãe, segundo algumas versões), quando soube que ela mantinha um caso amoroso extraconjugal. Esse fato nunca ocorreu, pois a esposa terminou a vida em Sobral e Antônio ficou órfão de mãe aos 6 anos.²⁰

Nesse momento, o sertão nordestino estava sendo duramente atingido pela seca de 1877-1879. No Ceará, a população fugia em desespero para as cidades. Fortaleza, a capital cearense, que tinha 25 mil habitantes, em alguns meses viu quadruplicar a população. Mesmo com o incentivo oficial à emigração para a Amazônia – foram cerca de 50 mil embarcados só de Fortaleza –, havia na capital, segundo o presidente da província, “80 mil retirantes, e todos os dias entravam muitas centenas no estado mais lastimoso. O Palácio da Presidência era sitiado desde 5 horas da manhã por milhares deles, que se revezavam no decurso do dia, à medida que os primeiros chegados se distribuíam pelas comissões de socorro [...], homens, mulheres e crianças quase em completa nudez, macilentos e inanidos; muitas das pobres mães com os filhos pendentes do colo e já moribundos”. Na capital, o número de óbitos cresce de 811, em 1876, para 57.780, em 1878. O Ceará perdeu “um terço da população pela fuga e pela morte. A sua riqueza pastoril, que antes da seca se calculara em 24 mil contos de réis, não valia agora mais de duzentos contos. A agricultura desaparecera completamente”.²¹

Desde o início do segundo reinado, o Nordeste teve vários períodos de seca combinados com repiquetes (secas atenuadas) e estiagens. As maiores secas ocorreram nos anos de 1844-1846, 1869-1870, 1877-1879 – a mais grave da história – e 1888-1889, os repiquetes em 1851, 1853, 1855-1856, 1865-1866, 1869, e as estiagens em 1857-1861. O quadro social se agravou com as epidemias de varíola e cólera. Só na Bahia, o surto de

cólera de 1855-1857 matou 29 mil pessoas.²² Na seca de 1877-1879, “podemos estimar em, no mínimo, 500 mil mortos em decorrência da seca, ou seja, 4% da população brasileira da época”.²³

Antônio regressou ao sertão baiano e continuou arregimentando fiéis e construindo e reformando igrejas e cemitérios. O governo imperial era responsável pela conservação e manutenção das igrejas e dos cemitérios, mas não conseguia cumprir essas obrigações, alegando escassez de recursos financeiros. Pereira de Souza, presidente da província da Bahia, elogia os párocos “zelosos no cumprimento dos seus deveres, [que] procuram agenciar donativos entre seus fregueses e com as quantias que arrecadam fazem os reparos mais urgentes”.²⁴ Segundo Calasans, entre os anos 1880-1892, o Conselheiro construiu ou reformou nove igrejas e cinco cemitérios, e em 1892 “envidou meios de fazer[em]-se alguns reparos nas capelas e na estrada do Monte [...], pedindo e aplicando o resultado das esmolas que recebia para este fim”.²⁵

Nas marchas entre os povoados que percorria, Antônio Conselheiro recebia doações que permitiam a manutenção do grupo que o acompanhava, além de caçarem e coletarem batatas dos umbuzeiros, frutas silvestres, palmitos das macambiras e crauás. Também organizavam mutirões nas roças dos agricultores pobres e, quando “os moradores das povoações e fazendas tinham conhecimento da vinda ou passagem do Conselheiro por dentro de suas freguesias, formavam grandes préstitos que lhes iam ao encontro e entravam todos nos povoados ao som dos rojões, fogos do ar, tiros de ronqueiras e bacamartes, como sinal de regozijo e distinção”.²⁶

Em 1882, o arcebispo da Bahia, D. Luiz, enviou uma circular ao clero do sertão:

Anda um indivíduo denominado Antônio Conselheiro, pregando ao povo que se reúne para ouvi-lo doutrinas supersticiosas e uma moral excessivamente rígida, com que está perturbando as consciências e enfraquecendo, não pouco, a autoridade dos párocos destes lugares. Ordenamos a v. revma. que não consinta em sua freguesia semelhante abuso, fazendo saber aos paroquianos que lhes proibimos absolutamente se reunirem para ouvir tal pregação, vista como competindo, na igreja católica, somente aos

ministros da religião, a missão santa de doutrinar os povos; um secular, quem quer que ele seja, ainda quando muito instruído e virtuoso, não tem autoridade para exercê-la.

[O arcebispo recomenda ainda] se apesar das advertências de v. revma., continuar o indivíduo em questão a praticar os mesmos abusos, haja v. revma. de imediatamente comunicar-nos a fim de nos entendermos com o Exmo. Sr. chefe de polícia.²⁷

Não parece ter surtido efeito a circular do arcebispo, pois Antônio Conselheiro continuou pregando, construindo e reformando igrejas e cemitérios. Em 1887, das 189 paróquias, somente 65 estavam com párocos efetivos, o que enfraquece qualquer ação mais efetiva de D. Luiz.²⁸ Ao invés de as pressões afastarem os sertanejos do peregrino, ocorre justamente o contrário. Diz o delegado de Itapicuru, em 10 de novembro de 1886, que toda “aquela multidão o tratava por Meu Pai. Os habitantes dos sítios e povoados por onde passava chamavam-no também Irmão Antônio, se bem que o nome de Conselheiro já fosse conhecido e afamado”.²⁹

A desobediência às ordens do arcebispo era causada não pela identificação dos padres com a pregação de Conselheiro, mas pela aceitação do fato consumado: o direcionamento religioso efetivo era dado pelo peregrino; era a ele que as multidões ouviam e seguiam. Uns buscaram a convivência pacífica para obter frutos políticos, como é o caso do cônego Borges, de Itapicuru;³⁰ outros para garantir a participação de Conselheiro nas construções e reformas dos cemitérios, igrejas e outras obras pias; e, finalmente, alguns estavam mais interessados nos assuntos terrenos do que nas questões espirituais. Os padres que resistiam à ação pastoral de Conselheiro temiam, como o arcebispo, que ele estivesse “perturbando as consciências e enfraquecendo, não pouco, a autoridade dos párocos”.

É provável que a última vez que Antônio Conselheiro saiu da Bahia tenha sido em 1887. Informa João Brígido que o encontrou em Fortaleza, de onde ia para os sertões de Canindé para cumprir um voto que fez a São Francisco e “depois seguirei para onde me chamam os mal-aventurados”.³¹ Conselheiro deve ter ido a Canindé, interior do Ceará, onde a capela de São Francisco das Chagas, construída entre 1775 e 1796, atraía

milhares de romeiros. Nesse mesmo ano, o arcebispo da Bahia voltou à carga, solicitando do presidente da província a internação de Antônio Conselheiro no Hospício D. Pedro II, no Rio de Janeiro, pois “está, há algum tempo, sob domínio de monomania religiosa, que o impele a pregar doutrinas subversivas entre as populações que percorre, fazendo com isso um grande mal à religião e ao estado, a ponto de distrair a muitos de suas ocupações, arrastando-os após si e pregando-lhes a desobediência às autoridades constituídas, o que é uma constante ameaça à ordem e tranquilidade pública nos sertões desta província, infelizmente ainda muito incultos”. Para o presidente da província, com “a admissão do infeliz monomaniaco no Hospício de Alienados” cessaria “o estado de perturbação moral e material em que se acha grande parte do povo do interior desta Província”.³²

Apesar da ênfase do pedido, o ministro dos Negócios do Império, barão de Mamoré, rejeitou o envio de Antônio para o Hospício D. Pedro II, alegando não haver lugar disponível. Sugeriu que fosse internado no Asilo de Alienados de Salvador. Com a negativa do ministro, encerrou-se mais uma tentativa de aprisionamento do peregrino, a última durante o Império.³³

No mesmo ano, provavelmente atraída pela troca de correspondência entre o presidente da província da Bahia e o ministro dos Negócios do Império, a *Folhinha Laemmert*, do Rio de Janeiro, publicou uma notícia descrevendo Conselheiro como um indivíduo “que exerce grande influência no espírito das classes populares; servindo-se de seu exterior misterioso e costumes ascéticos, com que se impõe à ignorância e à simplicidade”. Diz que “deixou crescer a barba e os cabelos, veste uma túnica de algodão e alimenta-se tenuamente, sendo quase uma múmia. Acompanhado de duas professoras, vive a rezar terços e ladainhas, a pregar e dar conselhos às multidões que reúne onde lhe permitem os párocos; e movendo sentimentos religiosos, vai arrebanhando o povo e guiando-o a seu jeito. Revela ser homem inteligente, mas sem cultura”.³⁴

Em 1888, Durval Vieira de Aguiar, oficial da polícia baiana, encontrou o peregrino em Monte Santo:

Quando por ali passamos achava-se na povoação o célebre Conselheiro, sujeito baixo, moreno, acaboclado, de barbas e cabelos pretos e crescidos, vestido de camisolão azul, morando sozinho em uma desmobiada casa onde se apinhavam beatas e afluíam os presentes com os quais se alimentava. Esse sujeito é mais um fanático ignorante do que um anacoreta, e sua ocupação consiste em pregar uma incompleta moral, ensinar rezas, fazer prédicas banais, rezar terços e ladainhas com o povo; servindo-se para isso das igrejas, onde, diante do viajante civilizado, se dá um irrisório espetáculo, especialmente quando recita um latinório que ele nem os ouvintes entendem. O povo costuma afluir em massa aos atos religiosos do Conselheiro, a cujo aceno cegamente obedece, e resistirá, ainda mesmo a qualquer ordem legal, por cuja razão os vigários o deixam impunemente passar por santo, tanto mais quando ele nada ganha, e, ao contrário, promove extraordinariamente os batizados, casamentos, desobrigas, festas, novenas e tudo o mais em que consistem os vastos rendimentos da igreja. Nessa ocasião havia o Conselheiro concluído a edificação de uma elegante igreja no Cumbe, onde, a par do movimento do povo, mantinha ele admirável paz.³⁵

Nesses três documentos – dada a sua importância foi necessário transcrevê-los integralmente –, um oficial, a solicitação de Bandeira de Melo; outro, uma notícia publicada na Corte; e o depoimento de Aguiar, é possível compreender como Antônio Conselheiro era visto pelo Estado e pelas camadas intelectualizadas. A população é ignorante, inculta e “considerada simples”. O Conselheiro pregava doutrinas subversivas que, sintomaticamente, eram compreendidas pela população apesar de ele ser, segundo esses informantes, um fanático religioso, monomaníaco, sem cultura, reconhecendo-se somente a sua inteligência.

A chave que pode explicar a encarniçada perseguição ao peregrino – afinal, existiram vários beatos no Nordeste sem que tenham sido punidos pelas autoridades – pode ser encontrada no perigo concreto representado pelas pregações. Como dizem os documentos, “o mal à religião e ao Estado, a desobediência às autoridades, a ameaça à ordem e à tranquilidade, distraíndo os sertanejos das suas ocupações e, inclusive, podendo-os

guiar”. O barão de Jeremoabo descreve o momento da abolição da escravidão relacionando-o com as pregações do Conselheiro e a desorganização do trabalho. Diz o barão que

com a abolição do elemento servil ainda mais se fizeram sentir os efeitos da propaganda pela falta de braços livres para o trabalho. A população vivia como que em delírio ou êxtase e tudo quanto não fosse útil ao inculcado enviado de Deus, facilmente não se prestava. Os cemitérios e capelinhas eram construídos com materiais carregados na cabeça ou puxados por pessoas do povo na distância. Assim foi escasseando o trabalho agrícola [...].³⁶

No relatório do vice-presidente da província, de abril de 1889, há um alerta de que cabe ao poder público a tarefa de “evitar a vagabundagem” e que entre os ex-escravos “não se firmou a convicção que é pelo trabalho que podem e devem cooperar para a grandeza da Pátria [...], deu-se em algumas fazendas por eles abandonadas, perturbação no trabalho”.³⁷ Nesses anos (1888-1889), a Bahia passava por mais um período de seca, obrigando o poder público a dar trabalho aos flagelados na construção de açudes, estradas e cemitérios, para diminuir a tensão social.

Em outras palavras, Antônio Conselheiro dava um sentido à vida dos sertanejos, demonstrando no dia a dia os limites do poder autocrático do Estado, da Igreja e dos latifundiários e, mais ainda, a possibilidade de superação dessa ordem social. Não há uma pregação política no sentido da tradição revolucionária ocidental tributária da Revolução Francesa, nem existe um problema simplesmente econômico devido à desorganização do trabalho, mas é a prática cotidiana que coloca a religião como elemento aglutinador da comunidade, superando qualquer interpretação fragmentada da realidade.

As relações com alguns membros do clero não entram em conflito com essa visão de mundo, pois à Igreja foram reservados somente os atos formais da religião (batizados, casamentos etc.). É nas pregações do peregrino que se desenha o mundo novo: ele é o líder a quem o “povo cegamente obedece”, que pode “guiá-lo”, e aí está a doutrina subversiva. A lembrança de Isaías (65, 17-23) é inevitável:

Vejam! Eu vou criar um novo céu e uma nova terra. As coisas antigas nunca mais serão lembradas, nunca mais voltarão ao pensamento. Por isso, fiquem para sempre alegres e contentes, por causa do que vou criar. [...] Construirão casas e nelas habitarão, plantarão vinhas e comerão seus frutos. Ninguém construirá para outro morar, ninguém plantará para outro comer, porque a vida do meu povo será longa como das árvores, meus escolhidos poderão gastar o que suas mãos fabricarem. Ninguém trabalhará inutilmente, ninguém gerará filhos para morrerem antes do tempo, porque todos serão a descendência dos abençoados de Javé, juntamente com seus filhos.

RELIGIÃO E PODER

O choque entre Antônio Conselheiro e a Igreja ocorria no momento em que esta sofria fortes ataques dos liberais, críticos da união Estado-Igreja, garantida pela Constituição de 1824. Por outro lado, a Igreja, seguindo as determinações do Concílio Vaticano I, empenhava-se em clericalizar todos os atos religiosos, alicerçando-os no “modelo de Igreja inspirado no Concílio de Trento, com ênfase na autonomia em relação ao poder civil e no fortalecimento do poder hierárquico”. Era necessário também “substituir suas crenças [do povo] devocionais, de cunho marcadamente familiar, por expressões religiosas de caráter mais clerical, com ênfase no aspecto sacramental”. Assim, tornam-se fundamentais “frequentes visitas pastorais à diocese, promoção das sagradas missões e divulgação de novas devoções piedosas”.³⁸

O missionário passou a ser um importante instrumento da Igreja para enfrentar os beatos e as formas de religiosidade popular. Vindos em sua maioria do exterior, não conseguiam entender a complexidade do mundo sertanejo e, apesar da afluência de milhares de fiéis às pregações, após a saída da “santa missão” a vida das comunidades voltava ao normal. A ênfase na pregação escatológica servia mais para impor pelo terror as determinações do missionário que para demonstrar a possibilidade de

construir um novo mundo segundo os preceitos bíblicos. Vale citar o capuchinho João Batista de Cingoli:

Esse dia há de vir infalivelmente e a esse juízo ninguém escapará. Talvez não tarde muitos anos; se o Anti-Cristo não anda no mundo, andam já os seus precursores a preparar-lhe o caminho; os inimigos do Apocalipse parecem que estão quase desenvolvidos; tudo vai mostrando próximo este dia.³⁹

A dissociação dos missionários do mundo sertanejo pode ser ilustrada pela descrição que o frei João Evangelista Monte Marciano – que também esteve em Canudos em 1895, como veremos no Capítulo 2 – faz do paraíso:

[...] a formosíssima cidade estava disposta em amplo quadro; de cada lado duas muralhas, assentadas sobre fundamentos de preciosas pedras; três magníficas e grandiosas portas cuja resplandecência porfiava a nitidez mais pura do cristal, incrustadas em doze raras e peregrinas pedras. Luxuosos palácios cujas linhas arquitetônicas ondeavam garbosamente, perdendo-se esses traços luminosos, no fundo azul do firmamento matizado de estrelas; espaçosas ruas ladeadas de árvores frondosas, cujas extremidades assentavam sobre escarpas de ouro finíssimo. Eterno Sol de Justiça, banhando com sua luz fulgurante as pupilas de seus felizes habitantes [...], na face dos seus cidadãos o júbilo, a consolação, o contentamento, porque todos estão arrebatados pela visão de Deus.⁴⁰

Esse sermão demonstra que as referências históricas, geográficas e até religiosas dos missionários estavam distantes do cotidiano do sertanejo. Se o objetivo do sermão era descrever as delícias do paraíso, a abundância de bens inacessíveis, em vida, ao fiel, é difícil saber se obteve os resultados desejados, pois no mundo sertanejo inexistiam grandes cidades, cercadas por altas muralhas (tal qual a cidade medieval europeia), portas incrustadas com pedras, luxuosos palácios e ruas ladeadas de árvores frondosas.

Os missionários organizavam durante as “santas missões” a queima pública dos objetos que simbolizavam a vaidade humana. A chegada da missão transtornava a vida da comunidade, em vez de a religião romana estar integrada à vida sertaneja. Para o fiel,

agora é tempo da gente se arrepender, meu Deus! [...] A multidão se reunia de tarde. As manhãs, até a hora do almoço, eram ocupadas pelos frades em receber confissões e donativos. À hora da penitência todos se dirigiam para o ponto marcado. Aí os frades chegavam, com a enorme cruz negra na frente. Organizava-se o préstito na plangência da ladainha tirada pelos frades e entoada pela multidão. Depois, esta, tomada de frenesi, começa a clamar “Piedade, Senhor...”. Gente se ajoelhava na estrada, metia a cabeça na areia, soluçava alto”.⁴¹

A periodicidade das “santas missões” na segunda metade do século XIX acentuou o enfrentamento com o beato, que, na prática, desempenhava a função do missionário sem ter qualquer vínculo institucional com a Igreja católica, além de sua presença não alterar o ritmo de vida da comunidade, pois a sua pregação, na maioria das vezes, era compatível com a complexidade do mundo sertanejo. Em outras palavras, o beato é uma das manifestações da religiosidade sertaneja. Com seu exemplo de vida, radicaliza a vivência da fé. Ao contrário do missionário – que é uma presença estranha na comunidade, usa linguagem pouco compreensível e exemplos que causam espécie nos fiéis⁴² –, o beato é um sertanejo, vive seus problemas e prega uma religião que é transcendente sem deixar de ter relação direta com a vida cotidiana.

A penitência, outro componente importante no cristianismo brasileiro, acentuava-se nos momentos de secas, epidemias, revoluções e calamidades públicas em geral. Curiosa era a presença da festa como uma contrapartida da expiação numa simbiose do sagrado com o profano, a exemplo da festa de São Gonçalo do Amarante, onde dançava-se toda a noite na igreja do santo, seguindo uma tradição originária desde os primeiros séculos do cristianismo, quando era comum dançar nas igrejas

durante os cultos. No século iv, São Basílio Magno, temeroso dos efeitos sensuais da dança, criticava a participação das mulheres:

Elas... atraem desavergonhadamente sobre si a atenção de qualquer homem. Cabelos desgrenhados, vestidas de miniblusas, pulando e rodopiando, dançam de olhos cobiçosos e dando estridentes risadas; como que tomadas de frenesi, excitam a concupiscência dos jovens. Executam danças de roda nas igrejas e junto aos túmulos dos mártires.⁴³

O penitente flagelante é muito comum nessa época no Nordeste.⁴⁴ Durante as santas missões, os frades davam o exemplo: lideravam a procissão – geralmente à noite – e, aos brados de “misericórdia, misericórdia”, açoitavam-se com um látigo com pontas de ferro, causando grande impacto nos fiéis. Outros penitentes acompanhavam a procissão, alguns coroados de espinhos, com as costas nuas marcadas pelo sangue que escorria em profusão.

Em algumas regiões havia companhias de penitentes que reuniam dezenas de fiéis à noite, flagelando-se às portas das igrejas, capelas e cemitérios. Alguns percorriam a cidade e todas as janelas das casas fechavam-se em sinal de respeito. Na manhã seguinte, ficavam registradas nas calçadas, e principalmente nas proximidades da igreja matriz, as marcas de sangue dos penitentes. Outros preferiam encostar o corpo nas paredes da igreja para registrar devoção ao Nosso Senhor.

A flagelação é entendida como um elemento importante para alimentar as almas, que além das orações recebem o sangue derramado pelos penitentes. Com isso, concedem uma proteção espiritual (a boa morte) e auxílios materiais (proteção aos negócios, contra os adversários locais e uma vida feliz). Os flagelantes sempre são homens; as mulheres somente assistem ao ato, geralmente a distância.

Onde existem grupos de penitentes são organizados rituais em que o fiel veste uma espécie de saia branca que receberá o sangue, expondo publicamente os efeitos da flagelação e deixando o dorso nu. Na mão direita, mantém um cordão de couro com fragmentos de lâmina de faca.

Alguns religiosos, como D. Antonio Viçoso, bispo de Mariana, usavam um cilício com várias pontas, e o bispo de Mariana acrescentava suplícios não usuais, como o café amargoso e uma enorme quantidade de pulgas e percevejos no seu catre, segundo o seu biógrafo.⁴⁵

As maiores procissões ocorriam durante a Semana Santa, rememorando o drama de Jesus Cristo e encerrando a Quaresma, quando ocorriam de forma mais intensa os flagelos e outros atos de fé. Na Quinta-Feira e Sexta-Feira da Paixão, as famílias viviam o martírio de Cristo como algo presente, com intenso fervor religioso.

A presença cotidiana da morte e o desejo de salvação transformam a relação dos vivos com os mortos. Na região do Cariri, no Ceará, era costume açoitador o defunto pesado, pois acreditava-se que o peso corporal era proveniente dos pecados. Outras vezes, o cadáver era exposto em desfile público, acompanhado ao som de uma banda de música e pelo espocar de rojões.

Por ocasião do período de secas ou repiquetes, as comunidades usavam diversos artifícios para solicitar a interferência divina. Uns apoderavam-se da imagem de um santo de uma casa da comunidade, só a devolvendo após o fim do inverno, depois da colheita, em ato festivo acompanhado de músicas e rojões. Em outras comunidades, realizavam-se inúmeras procissões pedindo a intermediação da Virgem Maria.⁴⁶

Foi nesse universo religioso que durante três décadas se destacou a figura do padre José Antônio de Maria Ibiapina. Nascido em Sobral, Ceará, em 1806, formou-se em direito e foi designado Juiz de Direito da comarca de Quixeramobim, onde conheceu a família de Antônio Conselheiro. Um ano depois, eleito deputado, cumpriu o mandato até 1838. Instalou-se no Recife e advogou até 1850. Viúvo, abandonou a advocacia, distribuiu seus bens e isolou-se durante três anos. Foi ordenado padre em 1853, passando a dar aulas no seminário de Olinda. Dois anos depois, resolveu abandonar Recife e iniciar uma longa jornada de 28 anos como missionário pelo sertão.

Organizou a construção de 22 casas de caridade, hospitais, açudes e escolas, transformando-se em uma lenda para o sertanejo. Durante a grande seca de 1877-1879, auxiliado pelas mulheres que cuidavam das

casas de caridade, desempenhou papel relevante no atendimento aos flagelados. Para ele,

estar na crise penosa com sinceridade é grande bem de Deus, é como se estivéssemos na véspera do martírio; que martírio será morrer à fome, ver morrer os filhos caros sem poder com lágrimas adoçar os lamentos da fome e a morte penosa. Mais viva o bom Jesus, que nos sacrificaremos resignados porque foi de seu agrado que assim acabássemos no meio de um quadro tão doloroso.⁴⁷

Ibiapina foi considerado precursor de Antônio Conselheiro e dos beatos do fim do século XIX no Nordeste. Nada mais equivocado, pois sua ação se aproxima da dos missionários das ordens religiosas, com a diferença de realizar numerosas obras permanentes que serviam para minorar os sofrimentos dos sertanejos. A manutenção dos vínculos com a Igreja romana sem atritos com seus superiores, a aceitação da estrutura econômico-social da região e a ausência de conflitos com o poder estabelecido distanciam-no do fundador de Canudos, como veremos adiante.

Nesse momento, os beatos são perseguidos pelo processo de romanização do clero brasileiro, mas, da mesma forma que Paulo não consultou ninguém nem foi a Jerusalém para anunciar o Evangelho (Gl 1,15-17), os beatos pregam o regime novo do espírito (Rm 7,6) distantes do controle efetivo da Igreja. A desqualificação, as ameaças e a solicitação de repressão estatal os colocam entre dois caminhos: a subordinação ao clero ou a afirmação da religiosidade plena e autônoma.

A Igreja romana permitia a espiritualidade com ênfase na “importância do afastamento das preocupações humanas como condição para se iniciar a subida da montanha da santidade, através da imitação de Cristo”. Isso distanciava, mas mantinha no seio da Igreja os padres que tivessem uma ação semelhante à de Ibiapina, excluindo qualquer convivência com os beatos. D. Macedo Costa, bispo do Pará, sintetiza com perfeição a nova política da Igreja: “Nas coisas da religião o bispo ordena, os fiéis obedecem”.⁴⁸

Frente à religiosidade sertaneja, as pesquisas universitárias insistem em defini-lo como um catolicismo rústico, valendo-se da expressão

“civilização rústica brasileira”, desenvolvida por Antonio Candido. Segundo ele, “o termo ‘rústico’ é empregado aqui não como equivalente de *rural*, ou de *rude*, *tosco*, embora os englobe. Rural exprime sobretudo localização, enquanto ele pretende exprimir um tipo social e cultural, indicando o que é, no Brasil, o universo das culturas tradicionais do homem do campo: aquelas que resultaram do ajustamento do colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços de cultura original, seja em virtude do contato com o aborígine”.⁴⁹

Maria Isaura Pereira de Queiroz considera que, apesar “de se poder distinguir no Brasil uma religião oficial e uma religião popular, o catolicismo brasileiro forma um conjunto integrado. Não há separação nítida entre suas variantes”. O catolicismo brasileiro, segundo a autora, foi caracterizado pela “quantidade mínima de sacerdotes e falta de conhecimentos religiosos”. O sincretismo com os cultos africanos “foi um fenômeno urbano; no campo, os cultos africanos desapareceram quase por completo, pois faltava-lhes um contexto social propício [...]. O sincretismo com as religiões indígenas não foi muito importante”. O catolicismo rústico “sofreu influências fundamentais de dois fatores: o catolicismo popular português e a falta de sacerdotes”. Para Queiroz,

o caboclo brasileiro não habita em aldeias senão raramente; constrói sua casa nas terras que cultiva, e mora isolado de seus vizinhos. Cada família tem vida econômica independente; um conjunto delas forma o grupo de vizinhança que, na zona paulista, em parte das zonas mineira e paranaense, recebe o nome de “bairro rural”.

A função do catolicismo na sociedade rústica brasileira

é antes social do que propriamente religiosa [...]. Falta a este catolicismo um papel religioso bem definido, de onde o caráter subsidiário do aperfeiçoamento espiritual e moral neste contexto [...]. Assim, na religião rústica brasileira, moralidade e espiritualidade não são buscadas em si mesmas, mas pela utilidade que têm em assegurar uma existência mais tranquila e mais agradável no grupo todo de vizinhança.

Conclui afirmando que estamos

diante de um tipo de organização religiosa que pertence realmente ao passado, malgrado ainda o encontremos vigente e resistente em muitas regiões. Veio do passado até nós, mas persiste preso indissolivelmente ao passado, uma vez que não apresenta perspectivas abertas para o futuro [...]. À medida que os efeitos da urbanização se espalham, as religiões oficiais se reforçam e se estruturam de maneira mais vigorosa, contrastando com a fluidez e a indeterminação da religião rústica brasileira.⁵⁰

O conceito de catolicismo rústico desqualifica as formas de religiosidade sertaneja, pois rústico pressupõe a existência de um catolicismo mais elaborado, adotado pela classe dominante, e outro de qualidade inferior, produto da “falta de conhecimentos religiosos”. Há uma nítida distinção entre a religiosidade popular e o catolicismo oficial da Igreja Romana. Tanto não há integração, como pensa Maria Isaura Pereira de Queiroz, que o processo de romanização paulatinamente extinguiu ou controlou todas as manifestações religiosas existentes no Brasil: são dois mundos diferentes e que compreendem a religião de forma distinta.

O sincretismo com as religiões africanas e indígenas parte do pressuposto do predomínio incontestado do catolicismo, que, de forma marginal, incorporou alguns preceitos das religiões dos dominados. Esse equívoco, repetido *ad nauseam* nas interpretações do catolicismo brasileiro, parte do pressuposto de que uma conquista espiritual submeteu as religiões africanas e indígenas. Na verdade, torna-se difícil identificar os traços exclusivamente europeus no catolicismo praticado principalmente pela população pobre. Em vez de um catolicismo sincrético, adotamos uma religião que associa diversas heranças. Com o passar do tempo, estruturaram um corpo doutrinário que se expandiu através de uma prática religiosa de transmissão oral, e não mediante a linguagem culta dos padres e bispos. A preservação dessas religiões sob formas não tão visíveis, associada com a permanente criação/recriação do cristianismo, deu à religião sertaneja uma especificidade que a distancia do catolicismo romano ou ibérico.

O retrato do sertanejo nordestino em nada se assemelha ao caboclo brasileiro exposto por Maria I. P. de Queiroz, assim como o conceito de bairro rural não se aplica ao sertão, onde o latifúndio, o coronelismo, a seca e a escassez permanente de recursos para explorar a terra criaram uma ordem social que aprisionou o destino do sertanejo. Daí a dificuldade no entendimento da religião, que, em vez de ter um caráter subsidiário, é o elemento central da vida sertaneja. Assim, não estamos diante de uma religiosidade do passado sem perspectiva de futuro. Ao contrário, a indiferença frente ao catolicismo romanizado – que, como veremos, em alguns momentos chega à hostilidade – e a permanência de uma visão de mundo integralizante demonstram a organicidade da religiosidade sertaneja, sua visão de totalidade.

Por outro lado, Pablo Richard, teólogo identificado com a Teologia da Libertação, lembra que “nos movimentos sociais de tipo popular messiânico [...], a religião se mistura ao protesto social [...]. O fato de a religiosidade popular servir de expressão às insurreições de caráter popular [...] coloca o problema da ambiguidade da religião como protesto e alienação”.⁵¹ Richard entende a religião somente como manifestação restrita a uma parte da existência humana, dissociada do conjunto da vida. Lembra a excepcionalidade de a religião também servir como instrumento dos dominados na luta política, como se fosse um instrumento dos camponeses no estágio pré-político.

Assim, Richard ataca a romanização do clero, considerando os novos bispos “alheios à realidade latino-americana”. Cabe perguntar como os antigos bispos estavam sintonizados à nossa realidade, ou se a crítica à romanização encobre uma oposição da Teologia da Libertação, a centralização atual da Igreja católica nas mãos do papa. Em outras palavras, a suposta identificação dessa corrente teológica com o cristianismo brasileiro, anterior às reformas de Pio IX (1846-1878), desconsidera o elemento central: a profunda espiritualidade, a visão totalizante da religião e a inexistência de uma autoridade formal. Ou seja, mantém o desprezo pelo sagrado popular de forma muito semelhante aos defensores da romanização. Para o sertanejo, a religião não é apenas um instrumento de transformação social, mas a fonte inspiradora de um mundo novo.⁵²